



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO PROJovem URBANO: o contexto do município de Imperatriz

Lucivania Silva de Melo¹
Lélia Cristina Silveira de Moraes²

Resumo

Este artigo é um recorte da nossa dissertação de mestrado em educação e sintetiza algumas ideias laboradas na pesquisa desenvolvida. Investigamos a formação continuada de professores realizada pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. A formação continuada de educadores se constitui elemento fundamental desse trabalho considerando ser este tema bastante discutido e estudado nas últimas décadas no meio educacional pela importância que representa para a educação no atual contexto de mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como dos avanços científicos e tecnológicos em face da mundialização dos mercados globais.

Palavras-chave: Professor. Formação Continuada. ProJovem Urbano.

Abstract

This article is a scrap from our dissertation in education and synthesizes some ideas drew in research. We investigate the continuing formation of teachers realized by the National Youth Inclusion - Urban ProJovem. The continuing education of educators is an essential element of this work considering this topic much discussed and studied in recent decades in the educational environment that represents the importance for education in the context of current social, cultural, political and economic as well as scientific advances and technology in the face of globalization on global markets.

Keywords: Teacher. Continuing Education. Urban ProJovem

¹ Mestre. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).E-mail: lucivaniameo@hotmail.com

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).E-mail: leliacris@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

A formação continuada de professores desenvolvida pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano configura-se como ação política que proporciona a conclusão do ensino fundamental com a oferta de qualificação profissional básica para jovens entre 18 e 29 anos. O programa surgiu como tentativa de corrigir distorções educacionais históricas presentes na vida dos jovens das camadas menos favorecidas. Também se propõe atender às exigências da sociedade e do mercado de trabalho. Enquanto política pública oferece alternativas educativas, sociais e financeiras para estes jovens. Propõe-se resolver a questão da escolaridade articulando-a a formação básica para o trabalho, oferece também a possibilidade de vivenciar experiências de cidadania e ajuda de custo, sendo estes fatores de inclusão importantes na atualidade, conforme Moraes e Martins, (2009, p. 115), afirmam:

[...] ainda de forma lenta pode-se observar, no Brasil, a preocupação em formular políticas governamentais que considerem as singularidades do segmento juvenil e o reconhecimento da importância de sua participação como protagonista social, pois é crescente a sua vulnerabilidade social [...]. A ausência de uma educação de qualidade, que os oriente para o mercado de trabalho, incluindo cultura e lazer, contribui para que os jovens tornem-se vulneráveis [...].

Investigamos, particularmente, a formação continuada realizada com o grupo de professores do ProJovem Urbano desenvolvido em cinco escolas da rede municipal de ensino de Imperatriz, área conhecida como Portal da Amazônia, município localizado na região tocantina, no sudoeste do Estado do Maranhão.

A investigação se concentrou no grupo que foi contratado para trabalhar na 2ª Entrada no município, referente à 6ª Entrada nacional de alunos. Considerando a formação continuada de professores como fator que favorece a construção da unidade didático-pedagógica e epistemológica dos envolvidos, verificamos se a proposta de



formação continuada realizada pelo ProJovem Urbano de Imperatriz contribuiu para o entendimento do seu currículo e o lugar da autonomia dos professores nessa proposta.

2 O CONTEXTO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A sociedade contemporânea está marcada por avanços científicos, tecnológicos e pela velocidade com que as informações são disseminadas no contexto da globalização capitalista e do trabalho, cujos reflexos observamos em todas as áreas, especialmente na social, provocando a emergência de outra concepção de homem, mulher, de sociedade, de mundo. Tal realidade exige indivíduos que pensem de forma mais ampla, que compreendam a realidade global, mas que atuem numa realidade específica. A educação é requisitada como principal instrumento de intervenção nessa realidade, como também pode ser manipulada em função do capitalismo, renovado pela mundialização dos mercados. Nesse contexto, evidenciam-se mudanças no papel social da educação que de acordo com Dourado (2001, p.50), “[...] vai perdendo a sua identidade como um direito social”. Segundo Libâneo (2011, p. 78), “Tem sido notório o investimento de agências financeiras internacionais [...] e dos governos de boa parte dos países na elaboração de novas propostas educacionais dentro das políticas de ajuste ao modelo econômico neoliberal”.

Embora a orientação dada ao desenvolvimento da educação seja no sentido de atender ao mercado e à política neoliberal, o fato de estarmos em um Estado democrático de direito e o constante estado de enfrentamento dos desafios possibilita aos educadores, no âmbito de suas organizações profissionais, lançarem-se ao desafio de trabalhar um projeto de educação para a liberdade e para a emancipação. Conduzindo, assim, os educandos a um amplo processo de construção de cidadania com responsabilidade social e política a partir da aquisição de conhecimento que garanta ativa participação na vida da sua comunidade.

Apesar de prevalecer na sociedade brasileira a visão do sistema capitalista neoliberal, ela tem sido confrontada pelos movimentos da sociedade civil organizada. Dessarte, no governo de Fernando Henrique Cardoso foram abraçadas as orientações



dos organismos internacionais e durante a formulação da LDB isso se tornou bastante visível.

O processo de elaboração da LDB nº 9.394/96 foi marcado por uma intensa disputa político-ideológica entre grupos que sustentavam concepções de sociedade, de educação, de escola e de formação de professores muito diferentes ou até mesmo antagônicas. [...] essa polarização pôde ser parcial e momentaneamente superada através de negociações ou acordos. [...] Esse processo [...] não superou contradições e confusões, que subsistem no texto da Lei. (LINHARES; SILVA, 2003, p. 34-35).

Ao tratar da formação de professores a LDB 9394/96, traz sempre alternativas que, segundo Linhares e Silva (2003), foram atravessadas por ambiguidades. Essas, ao invés de valorizar as alternativas de formação na escola, fortaleceram um clima de medo e de ameaças que provocaram, nos professores, a busca compulsiva por cursos que proporcionassem um diploma universitário, sem, no entanto, terem tempo para avaliar que consequências estas ações trariam em termos sociais e acadêmicos.

No período que compreende os anos de 1996 a 2008 o Ministério da Educação produziu vários projetos de formação continuada e em serviço para professores. Eles visavam promover a formação de profissionais da educação, “[...] capacitando-os para desempenhar os novos papéis exigidos pela escola pública, bem como adequar o ensino oferecido às demandas da sociedade e do mercado de trabalho em transformação.” (RICHIT, 2010, p. 178).

Podemos dizer que a formação continuada de professores no campo legal encontra-se contemplada. No entanto, as reflexões sobre a resposta que consegue dar às exigências que a sociedade impõe, da forma como vem se realizando, são muito diversas e apontam caminhos que precisam ser analisados a partir de parâmetros já construídos durante estas últimas décadas, em que muitas inovações nesse campo têm sido apresentadas e experienciadas.



3 O PROJOVEM URBANO

O governo brasileiro, percebendo a falta de investimento em políticas para a juventude capazes de romper com o ciclo da reprodução de desigualdades perceptíveis nesse grupo social, passou a investir em uma política nacional integrada que viesse beneficiar os jovens. Tal investimento decorre também de exigência da sociedade, como afirma Oliveira (2010, p. 54): “[...] a sociedade vem exigindo políticas públicas que se mostrem eficientes para minimizar os riscos e os problemas [...], bem como maximizar as oportunidades de inserção econômica, política, social e cultural dos jovens”.

O ProJovem Urbano circunscreve-se em novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude, visto que o programa se mostra pertinente como política pública e eficaz como proposta pedagógica e curricular. É nesse sentido que o programa desenvolve um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional, em que o jovem atua como sujeito. Nesse projeto, a aprendizagem acontece quando o estudante relaciona os conhecimentos novos com suas experiências e os situa em seu cotidiano, de modo a utilizá-los quando necessário na perspectiva dessa nova dimensão da aprendizagem.

Desse modo, para que responda satisfatoriamente aos desafios que possam surgir durante a sua execução, o ProJovem Urbano prevê a formação dos professores. A mesma os investe de competência para planejar e agir cooperativamente, e de determinadas capacidades considerando os diferentes aspectos do aluno como ser humano. Por isso desempenha dois papéis distintos, mas inseparáveis: o de professor especialista³ em sua área de formação e conhecimento e o de professor orientador⁴ da aprendizagem vista como elemento de construção da autonomia intelectual do estudante e de uma visão mais ampla do processo educacional. Desse modo, por meio da formação inicial e continuada busca-se a construção de um processo de identificação em que cada educador se veja simultaneamente como:

3 O professor desempenha o papel de ensinar. Os Guias de Estudo constituem seu mais importante instrumento de trabalho, desempenhando um papel especial no desenvolvimento do currículo integrado. (BRASIL, 2008).

4 Desenvolve as atividades de integração com apenas uma turma, que fica sob sua responsabilidade. Cabe-lhe dinamizar as atividades de sua turma no sentido de ensinar os estudantes como aprender a articular conhecimentos para relacioná-los entre si e com sua própria vida.



a) um **perito** que domina o instrumental de trabalho próprio de sua área de conhecimento e de sua atividade educacional/docente e sabe usá-lo competentemente; b) um **pensador** capaz de situar criticamente sua prática e as representações sociais sobre seu campo de atuação; c) um **cidadão** sujeito de direitos e de responsabilidades que faz parte de uma sociedade e de uma comunidade (BRASIL, 2008, p. 14).

Todos os educadores do ProJovem Urbano devem exercer o papel social que a prática pedagógica exige e, ao mesmo tempo, cumprir todas as finalidades apresentadas pelo programa. Enquanto competências que deverão adquirir no desenvolvimento das formações inicial e continuada pelas quais passam, imprimindo também sua marca no desempenho de sua função a partir da formação e de experiências de que já dispõem.

4 O PROJovem URBANO NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ

Imperatriz é o segundo maior município do Estado do Maranhão e, segundo a classificação regional adotada pelo IBGE, pertence à Microrregião de Imperatriz que se encontra situada na Mesorregião do Oeste Maranhense composta por três microrregiões. O município fica localizado a sudoeste do Estado nas proximidades da região do Bico do Papagaio, fazendo parte da Amazônia Legal.

A Prefeitura Municipal de Imperatriz aderiu ao ProJovem Urbano por meio de Termo de Adesão em 30/05/2008, implantando-o logo após o cumprimento das exigências estruturais, administrativas e pedagógicas impostas pelo programa. A primeira entrada do ProJovem ocorreu no biênio 2008/2009 (1ª entrada 2008/2009) com matrícula prevista para 1.600 alunos e a segunda entrada no biênio 2010/2011 (6ª entrada nacional 2010/2011) com matrícula para 800 alunos (IMPERATRIZ, 2011).

O ProJovem Urbano organiza a formação em duas dimensões, uma que provém da Coordenação Nacional para as instituições formadoras por meio dos seus gestores e formadores e a outra que segue das instituições formadoras para os educadores. A SEMED assumiu a formação dos educadores contratando duas



formadoras, funcionárias da sua rede. Elas participaram de encontro de formação em nível nacional e em seguida iniciaram o trabalho.

O que torna a formação continuada de educadores do ProJovem Urbano diferente de outras propostas, segundo a equipe do programa em Imperatriz, é que ela promove a integração entre os professores e é bem direcionada para as unidades formativas interdisciplinar e interdimensionalmente; oferece ferramentas e temas trabalhados conforme a realidade da sala de aula; aponta soluções aos problemas que surgem; proporciona acompanhamento pedagógico, destacando a dinamicidade da equipe formadora. Para Pimenta (2005), a formação deve valorizar os educadores que pensam sua prática no ambiente escolar e são comprometidos com um ensino que resulte em qualidade social para os jovens.

A formação continuada de educadores no contexto da educação básica escolar consiste em espaço permanente de atualização acerca do ofício de educar. Apresenta-se como um dos lugares possíveis de organização político pedagógica em que os educadores reúnem-se com regularidade preestabelecida para estudar teorias, procedimentos didático-metodológicos, socializar experiências e conhecimentos construídos e discutir problemas pedagógicos. Articulam-se enquanto categoria profissional consolidando este espaço de formação imprescindível para o desenvolvimento da atividade docente no atual contexto social, visando garantir a autonomia necessária ao trabalho do educador e sua emancipação enquanto profissional da educação. Concordamos com Freitas (2004, p. 112), quando define:

A formação contínua constitui processo privilegiado de interface das instituições formadoras com o profissional em exercício, permitindo o tratamento dos aspectos teóricos epistemológicos da formação em articulação com seus problemas concretos, valorizando os processos de produção de conhecimentos construídos no trabalho docente, pelo envolvimento com a investigação e a pesquisa no campo da educação e de sua área específica.

No ProJovem Urbano a formação continuada de educadores obedece alguns desses parâmetros básicos, especialmente no que concerne a regularidade na periodização e a configurar-se como espaço pedagógico de discussão e organização do



trabalho a ser realizado no cotidiano da sala de aula com os alunos que, segundo os professores, apresentam muitos problemas tanto de cunho pessoal quanto educacional, tendo em vista o programa ser preferencialmente destinado a jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Os professores ressaltaram a contribuição da formação continuada para o seu crescimento profissional e pessoal, as aprendizagens interdisciplinares e interdimensionais, as relações interpessoais e comunicacionais, o planejamento feito em conjunto. Acumularam experiências educacionais, pedagógicas e de pesquisa bastante significativas para sua permanente profissionalização. Freire (2005, p. 29) afirma: “Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador”.

A formação continuada de educadores, no contexto do ProJovem Urbano, agrega valores importantes para a prática pedagógica do educador. Estes valores foram reconhecidos por todos os sujeitos que dele participaram no município de Imperatriz, bem como, houve o reconhecimento do desenvolvimento inovador e atualizado dentro da lógica da autonomia que deve ser trabalhada pelos educadores em sua prática, e com os alunos em sua formação em sala de aula, como diretriz erigida pelo programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ProJovem Urbano no município de Imperatriz agregou deferência ao campo educacional elevando seus níveis e recuperando a autoestima de algumas centenas de jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, possibilitando-lhes além da conclusão do ensino fundamental e a vivência e participação em ações de cidadania, a qualificação profissional básica que permite ocupação no mercado de trabalho. Mészáros (2008) afirma que é necessária a promoção conscienciosa da universalização conjunta do trabalho e da educação para que seja solucionada a questão da auto-alienação do trabalho.

Foi possível perceber nas falas dos sujeitos que compõem o ProJovem Urbano em Imperatriz que a formação continuada de professores, apesar de alguns



entraves, foi importante e contribuiu para a identificação dos professores enquanto profissionais que possuem um papel social bastante significativo no atual contexto. O trabalho desenvolvido com a juventude possibilitou compartilhar conhecimentos e encaminhar os jovens para o exercício da cidadania.

Por fim, todos os aspectos ora destacados confirmaram a complexidade que o ProJovem Urbano possui considerando ser um programa nacional que aufere características peculiares em cada realidade que se desenvolve, mesmo preservando generalidades. Em sua execução foram tomadas decisões acertadas, mas também algumas equivocadas, sendo necessário fazer alguns ajustes. O programa deixou importantes marcas em todos que dele participaram e contribuiu com a melhoria da educação no município de Imperatriz.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBEN: Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, 2010.

_____. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. **Manual do Educador**: orientações gerais. Brasília, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do estado e as políticas de formação de professores nos anos 1990. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (org.). **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Novas políticas de formação: da concepção negada à concepção consentida. In: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

IMPERATRIZ. Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SEMED. **Relatório de Execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano em Imperatriz – MA – 1ª Entrada 2008/2010 – Ano de Referência 2010**. Imperatriz: SEMED, 2011.



LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?:** novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LINHARES, Célia ; SILVA, Waldeck Carneiro da. **Formação de professores:** travessia crítica de um labirinto. Brasília: Plano Editora, 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORAES, Lélia Cristina Silveira de; MARTINS, Talita de Jesus da Silva. A qualificação profissional do Projovem sob a óptica dos egressos. In: DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira (Org.). **Palavras de Jovens sobre o ProJovem:** estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

OLIVEIRA, Francisca das Chagas Lima. **A formação continuada dos professores do ProJovem Urbano:** uma discussão necessária. Dissertação (Mestrado). São Luís, 2010.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. In: GHEDIN, Evandro; PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Professor reflexivo no Brasil:** gênese e crítica de um conceito. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RICHIT, Adriana. **Avaliação da educação e formação continuada docente:** horizontes e contradições nas políticas públicas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE). Porto Alegre: ANPAE, v. 26, n. 1, p. 173-193, jan./abr. 2010.